

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1754261 - SP (2018/0178711-2)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

AGRAVANTE : JUCELY PEREIRA DE SOUZA

AGRAVANTE : BENEDITO FAZIO

AGRAVANTE : JOAO MENEZ DOS SANTOS

AGRAVANTE : OLINDA CRISTINA MATIAS

AGRAVANTE : ELISABETE APARECIDA GOMES

AGRAVANTE : LAZARA MARIA DA SILVA LOPES

AGRAVANTE : MILTON SCARABELO

AGRAVANTE : FRANCISCO CARLOS GONCALVES

AGRAVANTE : EUNICE LENHARO CAVARSAN

AGRAVANTE : FANNY DE FATIMA PADILHA DA SILVA

AGRAVANTE : ANTONIO ERNESTO FURLANETO

AGRAVANTE : ROBERTO RODRIGUES ALVES

AGRAVANTE : APARECIDO DONIZETE GIACOMINI

AGRAVANTE : JOSE BURQUE SOBRINHO

AGRAVANTE : NELSON DE JESUS PEREIRA

AGRAVANTE : FRANCISCO BENVINDO BUENO

AGRAVANTE : MARIA LUIZA ALVES RAMOS

AGRAVANTE : JOAO FRANCISCO DE FARIA

AGRAVANTE : CACILDA LEME PRADO

AGRAVANTE : CLEONICE DAS GRACAS SILVA PRADO

AGRAVANTE : OSMERIO BERALDO DE MORAES

ADVOGADO : RICARDO BIANCHINI MELLO E OUTRO(S) -
SP240212

AGRAVADO : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ADVOGADOS : DENIS ATANAZIO - SP229058
MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA -
PE023748

INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

ADVOGADO : FLAVIO SCOVOLI SANTOS - SP297202

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. MATÉRIA SUBMETIDA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. DECISÃO SINGULAR QUE, RECONSIDERANDO DELIBERAÇÃO ANTERIOR, DETERMINA A DEVOLUÇÃO DE AUTOS À ORIGEM. DESPACHO. CPC/2015. MEIO DE IMPUGNAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DOS AUTORES.

1. É firme no âmbito desta Corte o entendimento de que é irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem para a fixação de tese jurídica pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral

Superior Tribunal de Justiça

reconhecida, porquanto não ostenta caráter decisório. Precedentes.

2. De acordo com o CPC/15, a parte deve demonstrar, no caso concreto, a distinção entre o tema trazido em seu especial e a tese jurídica com repercussão geral pendente de julgamento no STF, por meio de requerimento previsto no art. 1.037, § 9º, de modo que o agravo interno é cabível da decisão que resolver esse requerimento (art. 1.037, § 13).

3. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator